



INTEP-MT

FILIADO A **CUT** E A **CNTE**
Livre, democrático e de luta!

Educação em Alerta

Jornal Sintep-MT - Edição - Janeiro/Fevereiro de 2017

ALERTA



MEDIDAS DOS GOVERNOS TAQUES E TEMER AMEAÇAM A EDUCAÇÃO PÚBLICA E ARROCHAM OS DIREITOS CONQUISTADOS PELOS TRABALHADORES/AS

15 de Março
GREVE GERAL

pág 03

Teto de Gastos:
2 anos de congelamento

pág 05

Política de Taques
fragmenta Piso Salarial

pág 07

NÃO TEREMOS MEDO!

A onda recessiva que assola as políticas públicas do país, inicia o ano de 2017 com o famigerado projeto de Reforma da Previdência. É preciso alertar que se a Reforma for aprovada será o fim da aposentadoria especial da educação, e estenderá o tempo de aposentadoria para 49 anos. Nosso compromisso é junto com as demais categorias sair às ruas no dia 15 de março, na primeira Greve Geral Nacional, do ano.

A luta é contra as perdas de direitos justificadas pelo Governo Federal por uma crise econômica, que promove a recessão, penaliza a classe trabalhadora e castiga a população mais pobres do país.

Em nível estadual, devemos lutar contra a implantação do congelamento de salários dos servidores públicos. A medida que segue os padrões de engessamento do Estado, congelará por dois anos os investimentos de Mato Grosso. O que significa o governo dizer: não ao aumento de salários; não ao pagamento do RGA; e nada de investimentos em Educação e Saúde.

No que se refere ao piso salarial dos profissionais da educação, na rede estadual, ao contrário do que prometeu, o governador encaminha uma política de desconstrução e desvalorização salarial.



A falta de respeito do governo em não cumprir com a obrigação de pagar os professores interinos durante a reposição de aula em janeiro de 2017, já desenha o que a categoria terá que enfrentar durante o ano. Porém, as manifestações dos profissionais de todos os municípios deixa claro que estamos prontos para os enfrentamentos.

Os impactos das políticas recessivas se estendem a todos os entes federados, em especial aos municípios. O desafio para as redes municipais é a garantia do Piso Salarial Nacional e lei de carreira única. Para isso: a luta

Henrique Lopes do Nascimento
Presidente do Sintep/MT



ALERTA

A possível saída do promotor de justiça, Marco Aurélio Castro, da coordenação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) deixa todos em alerta para os encaminhamentos da Operação Rêmora, que investiga fraudes cometidas no executivo estadual e que levou à prisão o ex-secretário de Educação, Permínio Pinto. Lembrando que a estimativa de desvio é de R\$ 20,7 milhões que precisam ser devolvidos para a educação.

FIM DO RGA

Mais uma vez, a defesa de interesses políticos sobrepõem os anseios da população, em especial dos servidores públicos. Com o RGA fora da LOA 2017, mais uma vez o funcionalismo e a população são prejudicados.

VIA SACRA

Na busca por apoio para medidas editadas pelo governo Taques, o secretário Marco Marrafon, cumpre uma via sacra aos municípios do estado, pedindo parceria das escolas ao projeto de educação que quer implantar em MT. Não seria mais prudente se cumprisse a Lei da Gestão Democrática (7040/98) com o debate advindo da realização de Conferências?

CHUMBO GROSSO

Para a população de Mato Grosso 'chumbo grosso'. Essa é a intenção do pacote de maldades que o governo Taques apresenta ainda no primeiro semestre na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT).

PAGANDO O PATO

O pacote atingirá em cheio os servidores públicos, com Teto de Gastos, que se traduz em congelamento de salários. Seguido por incremento na contribuição previdenciária, que passará a alíquota de contribuição de 11% para 14%. E quem paga o pato é povo.



FIQUE DE OLHO

Qual é o papel dos deputados? 2018 será o ano das eleições para novas cadeiras no legislativo e executivo estadual e federal. É importante deixar claro quais são os anseios da sociedade. O voto é do povo.

GREVE GERAL EM MARÇO

Para combater a Reforma da Previdência e o Arrocho Salarial

O cenário atual é de uma aliança entre o Governo Golpista de Temer, o Congresso, o Judiciário, os donos da mídia e o mercado, para barrar as políticas sociais estagnando a distribuição de renda e um Estado atuante na garantia de direitos para a maioria da população. Com a PEC 241 ou PEC 55 agora Lei, congela investimentos por 20 anos; a reforma da previdência retira direitos; a reforma do Ensino Médio favorecendo a iniciativa privada, dando um golpe na população brasileira.

A Greve Nacional, definida pelo 33º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), inicia dia 15 de março. Ela será um manifesto nacional de resistência contra os ataques promovido pelo

“QUEM CALA CONSENTE”

governo federal, que tem gerado redução de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Na agenda de extorsão de direitos, o governo prepara a Reforma da Previdência. Se aprovada, acabará com a aposentadoria especial dos/as professores/as, passará a idade mínima de aposentadoria para os 65 anos, e reduzirá para 76%, o valor pago da aposentadoria. Para receber 100% o/a profissional terá que contribuir durante 49 anos.

O Sintep/MT, filiado a CNTE, acompanha o movimento nacional e sairá as ruas contra mais essa tentativa de retirada dos direitos dos/das profissionais da educação. “Os sucessivos golpes a democracia exigem que se faça a greve para evitar a ampliação das perdas que se acumulam para a classe trabalhadora. Os Governos estão rasgando todos os direitos assegurados na Constituição Cidadã, de 1988, em nome de interesses financeiros e do lucro de poucos”, afirma o presidente do Sintep/MT, Henrique Lopes do Nascimento.

A Reforma da Previdência, por exemplo, foi avaliada pelo presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vagner Freitas, durante Congresso da CNTE, como uma tentativa de venda de planos previdenciários privados, principalmente aos servidores públicos.

A crise econômica é a justificativa para extorquir conquistas e direitos da população. Apesar da crise impactar coletivamente, apenas os trabalhadores irão pagar a conta.



100% DA APOSENTADORIA SÓ DEPOIS DE 49 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO

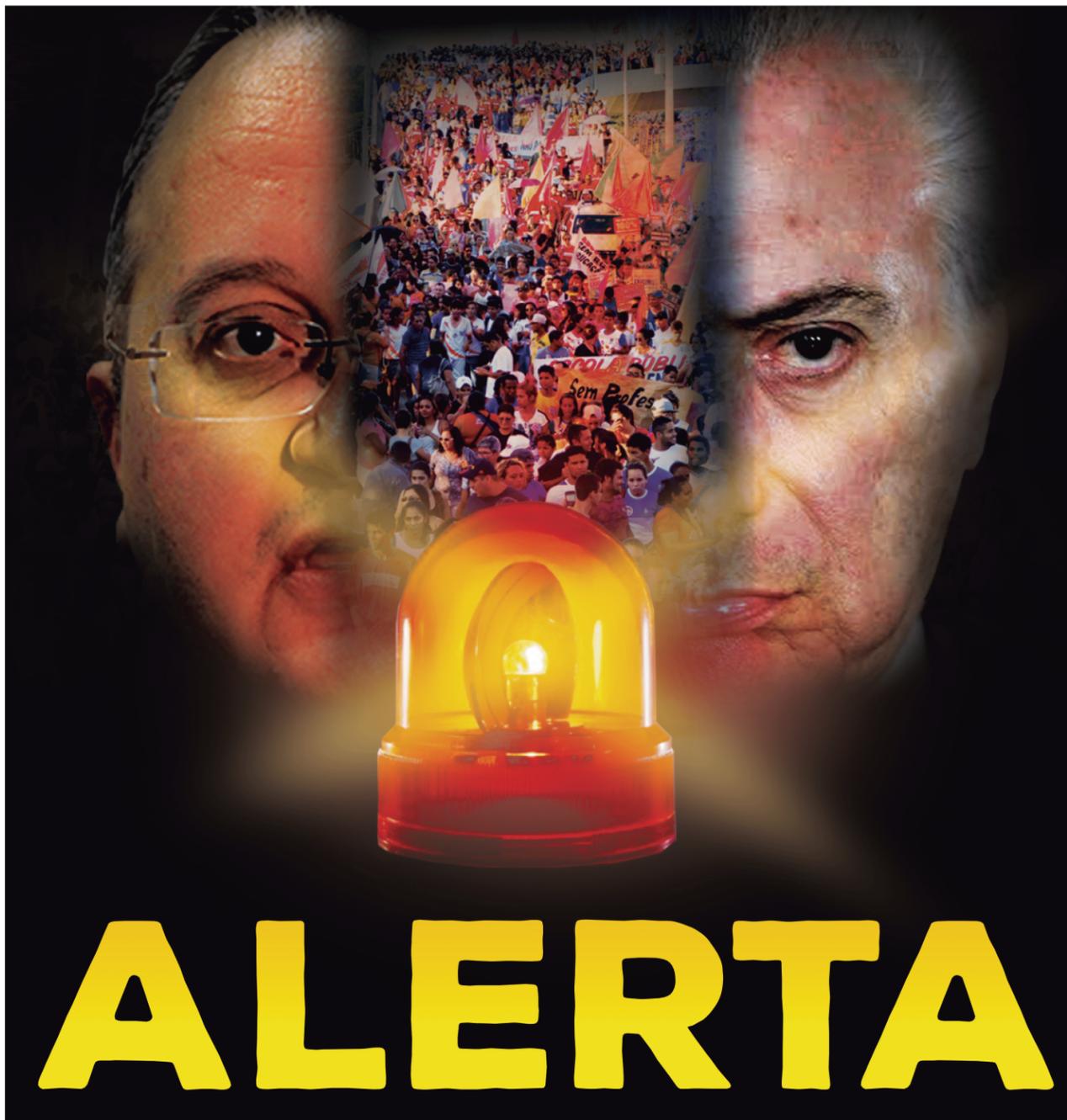
No Estado de Mato Grosso, a ameaça já recaiu sobre os profissionais da educação e servidores públicos de modo geral, assim como para toda a sociedade. O pacote de teto para os gastos públicos promoverá o arrocho nos investimentos públicos. “O governo quer equilibrar os excessos financeiros cortando investimentos na Saúde e Educação, ao mesmo tempo deixa escoar benefícios para os grandes empresários e para o agronegócio”, avalia o presidente do Sintep/MT.

A direção do Sintep/MT convoca os trabalhadores e trabalhadoras da Educação a se manifestarem contra o arrocho e a retirada de direitos. “Se a população não se manifestar valerá a máxima de que quem cala consente. E aí, serão 20 anos de opressão”, conclui Henrique Lopes.

Caminho das Trevas: O verdadeiro golpe aos/as trabalhadores/as

- Congelamento dos Gastos Públicos por 20 anos;
- Reforma da Previdência (fim da aposentadoria especial para professores; 65 anos passa a ser a idade mínima para aposentadoria e pagamento integral após 49 de contribuições);
- Fim das indexações, sobretudo para os salários e benefícios da previdência
- Nova Política orçamentária, com o fim de vinculações de receitas;
- Fim da CLT, passa a valer o negociado sobre o legislado;
- Implantação da reforma trabalhista que retira e flexibiliza direitos consolidados como férias e 13º, alteração de jornada e de contratos de trabalho;
- Fim de exclusividade da Petrobrás na exploração do Pré-Sal e destinação de recursos para a Educação e Saúde;
- Privatização das estatais (entrega de bens públicos para os empresários);
- Redução, e eliminação dos gastos públicos com a redução de programas sociais e redução e verbas para a saúde e educação;
- Fim do financiamento para os pequenos empresários e agricultura familiar;
- Redução do Estado para o chamado Estado Mínimo, que entrega para a iniciativa privada a administração de serviços públicos e gratuitos como educação, saúde e previdência.
- Reforma do Ensino Médio, fragmentando a educação e constituindo escolas diferentes, umas para os pobres e outras para os ricos.

MEDIDAS DOS GOVERNOS TAQUES E TEMER AMEAÇAM A EDUCAÇÃO PÚBLICA



Mais uma vez na história da Educação de Mato Grosso, o Sintep/MT terá que fazer frente ao um governo que desconsidera os servidores públicos, em especial os profissionais da educação. O processo de desvalorização implementado a partir de 2015 no estado, com a aniquilamento do RGA (reposição inflacionária), fragmentou a Lei nº 510/2013. Uma série de retirada de direitos que tende a ficar pior com o arrocho salarial, já demonstrado em 2017, quando deixou de pagar salários para os professores contratados que trabalharam em janeiro para concluir o ano letivo de 2016.

O enfrentamento da categoria terá que ser ainda mais forte do que na última greve de 67 dias, do ano passado. As lutas deverão ser no campo jurídico e nas ruas. Os desafios postos no estado se somarão à luta nacional, diante da avalanche de golpes dados à Constituição Brasileira, as ameaças às Leis Trabalhistas, Previdenciárias e também àquelas que definem parâmetros para a Educação no país, como a Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB).

No mês de janeiro, o Sintep/MT teve mais um sinal de displicência do governo em relação às reivindicações da categoria. O secretário ignorando o agendamento de audiência com a direção sindical delega apenas ouvintes para tratar das reivindicações da categoria. Enquanto isso, tenta vender a ideia para a sociedade de que está consolidando as promessas de campanha, e até mesmo o compromisso acertado junto ao Tribunal de Justiça e Ministério Público Estadual no pós greve de 2016.

PAUTA DA GREVE – Para o Sintep/MT, a proposta do governo é retardar ao máximo a consolidação do acordado, na espera que situações como a Reforma Ensino Médio, Reforma da Previdência, Lei do Teto dos Gastos (PEC 241) e outras, para descaracterizar o compromisso com argumentos políticos e jurídicos.

PROPOSTA NEOLIBERAL / CONCURSO PÚBLICO – “Se tem uma coisa que os governos de viés neoliberal tentam é se livrar tudo o que é pessoal efetivo. A

questão é terceirizar. Ele deve realizar um concurso faz de conta, com vagas insuficientes para a demanda, para dizer que cumpriu a promessa de campanha, mas que será insuficiente para atender a demanda e até mesmo diante do aumento das aposentadorias”, cita o secretário de comunicação o Sintep/MT, Gilmar Soares.

REFORMA CURRICULAR - Segundo Soares, o que está por traz dessa ação é fazer chegar a reforma curricular, que trará no pacote o fim da Lei de Carreira, com a quebra da jornada de 30 para 40 horas de trabalho, para os profissionais das escolas, em especial os/as professores/as. Implantando a jornada de 40 horas, com 28 horas em sala, de cada dois profissionais elimina-se uma vaga de concurso.

TERCEIRIZAÇÃO - Retoma com outra roupagem a tentativa de terceirizar, já vista pelos profissionais da educação em 2015, quando propôs um projeto piloto com a gestão terceirizada dos funcionários em 10% das escolas. “Se a categoria não fizer a luta, não radicalizar não sai concurso para os profissionais das escolas, apenas algumas vagas para os professores”, destaca ele.

ATENDIMENTO ENTRE AS REDES - Para Soares, as lutas se estenderão para outras pautas, entre elas a necessidade de fazer com que o Estado transfira o atendimento do ensino fundamental nos municípios. Com isso, a demanda sobrecarregará os municípios que deixam de atender a educação infantil, invertendo a política de atendimento educacional. “O estado tem que assumir a parcela do fundamental, realizando concurso, para que os municípios possam atender as demandas de creches e pré-escola.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL - Outro ponto destacado pelo sindicalista é o fato do estado não promover políticas públicas de formação profissional. “Não existe iniciativa por parte do governo de buscar as Universidades locais Públicas para estabelecer convênio e assim garantir a formação de pessoal. O que ele tem buscado é promover a privatização da formação com a criação do mercado do apostilamento”, cita Soares. Com isso aumentam o número de professores atuando fora da área de



habilitação ou sem habilitação.

ENSINO MÉDIO - A Reforma de Ensino Médio, considerado ícone do projeto mercadológico, tem como fundamento transformar a escola num mercado de venda da educação. “Primeiro diminui a base nacional curricular que passa de 2.400 para 1.200 horas. Aumenta o tempo de aula apenas no sentido de favorecer os cursinhos, as escolas de Língua Inglesa, as empresas de apostilado, com as chamadas matérias optativas”, esclarece.

Essas que serão ofertadas pela iniciativa privada, já que as escolas não possuem estrutura para o atendimento.

Deixar de fora do currículo a filosofia, sociologia, artes, é uma evidência de que o projeto não visa formar o ser humano de forma integral. O projeto, agora Lei - PLV 34, foi colocado para atender as necessidades do mercado e para isso tem que dotar os jovens de pouco conhecimento.

“Essa Reforma não assegura, de fato, que os estudantes do ensino médio,

principalmente das família pobres, tenham um ensino de qualidade. A ideia é simplesmente favorecer as empresas do ponto de vista da venda de conteúdo, treinamento de profissionais, com conteúdo condensado em apostilas, terceirizando reformas de infraestrutura das escolas com concessão à empresas, e junto com isso volta o projeto do qual fizemos greve, em 2016, a terceirização do gerenciamento das escolas”, destaca.

Mato Grosso

TETO DOS GASTOS ARROCHA POLÍTICAS SOCIAIS



Porém, não se destinarão a políticas sociais.

“As verbas estarão à serviço do pagamento unicamente da dívida do governo com as elites. Títulos cujo os proprietários são empresariado e o agronegócio. Favorecendo assim aos interesses do capital, rico ficando mais rico e pobre mais pobre”, analisa o secretário de Assuntos Educacionais da CNTE, Gilmar Soares.

O governador Pedro Taques tem alegado publicamente que a medida de austeridade e arrocho aos salários dos servidores é uma ação para que Mato Grosso, o maior exportador de grão do país, não fique numa situação caótica, semelhante a que vive hoje o estado do Rio de Janeiro. O governador deixa de esclarecer que o caos carioca se deve, segundo os economistas e analistas políticos nacionais, a uma conjunção de fatores. Entre as causas da crise carioca estão: a queda de arrecadação por concessão de incentivos fiscais; a ausência de realização de concursos há dez anos e a disparidade entre os salários dos servidores do Legislativo e do Judiciário.

Os próximos três meses serão decisivos para a luta dos servidores públicos e de toda a população de Mato Grosso. Em comum com as perdas implantadas pelo governo federal à população brasileira, também o governo Taques apresentará seu pacote de maldades aos mato-grossenses, mas especificamente aos trabalhadores/as do estado. A lei complementar do teto dos gastos públicos que segue o mesmo rigor da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 55, aprovada pelo Congresso Nacional, terá uma versão estadual e será encaminhada à Assembleia Legislativa.

Congelamento de gastos terá suspensão de reajustes salariais, fim do RGA e da progressão de carreira dos/as servidores/as públicos

Para alguns estudiosos do direito, a proposta de congelamento advinda da PEC 241, depois PEC 55, no Senado, e agora sua provável adesão nos estados, inverte a lógica de direitos. As mesmas avaliações, apontam ser esta, uma medida inconstitucional. Conforme artigo do advogado e professor de Direito Financeiro da USP, por violar uma das cláusulas pétreas da Constituição (artigo 60, parágrafo 4º, IV), que proíbe a deliberação de proposta legislativa tendente a abolir os direitos e garantias individuais.

O pacote, ainda não apresentado, promete limitar ‘investimentos’ públicos por dois anos. Na proposta estarão inclusos o congelamento e a suspensão de reajustes salariais, pagamento da Revisão Geral Anual (RGA) e progressão de carreira dos servidores públicos. As limitações dos investimentos públicos garantirá aos estados, que aderirem ao projeto Temer, recursos federais e até mesmo linhas de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS).

“Precisamos somar forças para que o debate seja feito com esclarecimento do controverso. O acesso aos fatos está sendo apresentado apenas pelos canais governamentais, os quais têm na Rede Globo o mais forte expoente. Defendemos Conferências nas quais toda a população possa participar e escolher. Não deixaremos mais que passem projetos empurrados goela abaixo por um parlamento que não representa os interesses do povo”, conclui o secretário de finanças do Sintep/MT, Orlando Francisco.

Educadores/as do mundo se reúnem em combate a pauta de retrocessos

Quatro dias de debates, de 12 a 15 de janeiro, resultaram em uma agenda de enfrentamentos para os desafios que a conjuntura nacional e internacional apresentam para a educação brasileira. Os participantes do 33º Congresso da CNTE definiram no novo estatuto ampliar de três para quatro anos o período da gestão executiva, que passa a ser presidida pelo professor Heleno Araújo e 31 outros integrantes, além da secretaria executiva adjunta e conselho fiscal. Nessa nova direção, Mato Grosso permanece representado com a secretaria de Assuntos Educacionais, na figura do professor Gilmar Soares, presidente da subsede de Várzea Grande e secretário de Comunicação do Sintep/MT. Como agenda de trabalho, a nova gestão inicia o ano com data



marcada – 15 de março – para a Greve Geral. A deliberação aprovada por 2.500 participantes do Congresso tem como pauta a luta para o fim ao golpe de Estado no Brasil, contra a reforma previdenciária e por investimentos na Educação Pública Gratuita, necessários e previstos no Plano Nacional de Educação (PNE).

Também durante o debate que reuniu representantes da educação de diferentes partes do mundo, foram lançadas duas publicações. Uma delas foi a Revista Retrato da Escola, que reúne dez artigos e tem como tema central os 20 anos da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). A outra publicação foi o livro “2016: o Brasil esfacelado pelo golpe”, que

retrata os avanços obtidos na educação nos últimos anos. Entre as discussões de mesas a presença de sociólogos, políticos, estudante e artistas, que deram sua contribuição em prol da democracia brasileira e da necessidade da educação, a partir da escola, como instrumento de conscientização e luta por direitos.

Participaram do 33º Congresso 2.500 delegados sindicais de todo o país, além de representantes da CNTE, CSI, IEAL, CEA, CUT, CTB, MST, UNE, UBES, CONTEE, PROIFES, a estudante, Ana Julia Ribeiro, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e os sindicalistas João Felício, Adilson Araújo, Janelei Albuquerque, Jandira Uehara, membros da Intersindical e Conlutas.

Nova Gestão da CNTE

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) elegeu durante o 33º Congresso Nacional, em janeiro, uma nova gestão 2017 a 2020. A categoria de Mato Grosso volta a marcar presença no cenário nacional com a reeleição, agora para a Secretário de Assuntos Educacionais da CNTE, do professor **Gilmar Soares Ferreira**. Membro do Sintep/MT, titular da secretaria de Comunicação Social e presidente da subsede de Várzea Grande, estava na CNTE na gestão anterior no cargo de secretário de Formação Sindical. Novos Rumos traz aqui um pouco da perspectiva do professor Gilmar para a nova gestão.



E.A - Você já ocupava a secretaria de Formação Sindical, na gestão anterior, quais foram os elementos que o transferiram para a secretaria Assuntos Educacionais?

G.S - Ocupei a Secretaria de Formação Sindical por quase quatro mandatos, justificados pelo trabalho desenvolvido na referida secretaria. O desenvolvimento do Programa de Formação de Dirigentes Sindicais da CNTE, que teve origem no Sintep/MT e que hoje tem grande reconhecimento no movimento sindical e até meio acadêmico pela sua densidade e edição e que já tem alguns fascículos traduzidos para o Espanhol, num esforço da CNTE de estabelecer relações de cooperação e solidariedade na relações Sul-Sul no âmbito da Internacional da Educação. O motivo da minha saída da

secretaria, se valeu de congressos anteriores, em que se consolidou um acordo de que, no campo majoritário da CNTE um diretor poderia ser reeleito uma única vez para cada cargo.

E.A - Quais são os enfrentamentos da atuação para essa área?

G.S - A pasta da Secretaria de Assuntos Educacionais tem em todos os momentos, a responsabilidade de estudar as questões que envolvem o desenvolvimento dos projetos e processos educacionais em curso. Em se tratando de mais de 5.000 sistemas de ensino no país, podemos imaginar todo o debate de concepção que brota daí e a necessidade de dar respostas a problemas que não tem soluções do ponto de vista das ausências de insumos para o desenvolvimento das atividades de educar e ensinar. Para tanto, as campanhas, a produção teórica, a reflexão crítica e o apontamento de fragilidades, limites e possibilidades das situações, fazem desta secretaria um grande desafio.

E.A - Nas esferas estaduais e municipais como se desenvolvem os assuntos educacionais no país, atualmente?

G.S - Tendo em vista que a maioria desses governos são sempre conservadores e submetidos aos ditames do empresariado, convivemos com um esfacelamento da concepção de educação pública. A

ingerência empresarial na educação já dá conta de que uma parcela significativa dos estados e municípios não querem desenvolver a educação eminentemente pela concepção pública. Do ponto de vista curricular, há grandes negócios em termos de venda de apostilas, programas de “qualificação” profissional, acesso a equipamentos eletrônicos, etc. Do ponto de vista de pessoal profissional, vem se tornando regra a existência de pessoal contratado precariamente e agora, empresas são contratadas na modalidade da terceirização. Tudo isso numa visão de que o prefeito quer evitar o “gasto” na educação.

E.A - Como avalia as políticas governamentais em Mato Grosso?

G.S - O tempo dirá quão grande é o desastre da política educacional em Mato Grosso, principalmente no atual governo. Estamos vivendo num momento dramático de perda da autonomia das escolas, de escravidão a uma sistema que tira a liberdade de ensinar, coordenar os projetos e avaliar os resultados. O Governo Taques trabalha arduamente para desconstituir direitos conquistados pelos trabalhadores em educação, a exemplo da lei de Carreira, da lei salarial da dobra do poder de compra dos salários e a Lei da Gestão Democrática. A realidade de uma maioria de profissionais contratados temporariamente, sem a realização de concurso público com número real de vagas, vai aprofundar a tragédia da educação em Mato Grosso.

De Volta ao Passado

PROFISSIONAIS VOLTAM A LUTAR CONTRA PERDAS SALARIAIS

Em 2017, o ano se inicia com o piso salarial da rede estadual estrangulado até mesmo frente ao Piso Salarial Profissional Nacional – PSPN, o qual, em anos anteriores, mesmo longe do ideal, era referência nacional de respeito à carreira da Educação. Para quem apresentou como plataforma de governo a valorização dos profissionais da educação, tendo, como exemplo, a luta vivenciada pela própria mãe, professora, o governador Pedro Taques frustra a todos/as desde o início da gestão (2015).

Em nome de uma ‘crise econômica’, não

“O governo implementou uma política de desconstrução e desvalorização salarial”

constatada no orçamento estadual, iniciou o processo de arrocho salarial dos servidores públicos e de desrespeito ao cumprimento de leis estaduais, como no caso a Lei 510/2013 (Dobra do Poder de Compra), e o artigo 37, X, da Constituição Federal, que determina a recomposição inflacionária dos salários.

Este ano, o Sintep/MT cobra o cumprimento do acordado após a luta da categoria, travada durante 67 dias, e concluída com um documento de conciliação, no dia 2 de agosto de 2016, assinado pelo Governo do Estado,

Tribunal de Justiça e Ministério Público. Os profissionais cobram a correção da diferença do piso até dezembro de 2017, considerando a data-base de maio de 2017. “Essa é a garantia de que a Lei 510/2013 não será afetada até seu término em 2023”, alerta o presidente do Sintep/MT, Henrique Lopes do Nascimento.

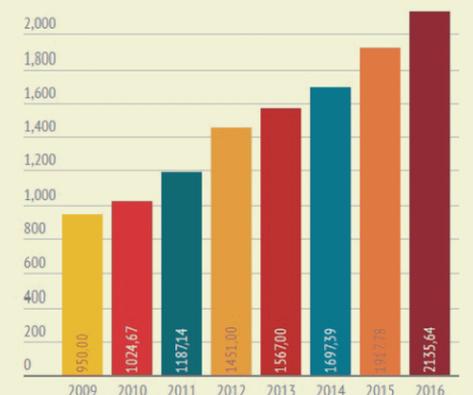
O documento de conciliação determina, ainda, que até o mês de abril de 2017, seja constituída uma comissão paritária, com a presença do Ministério Público Estadual, para formular um cronograma que assegure os prazos previstos e a recomposição do piso salarial. “Com essa recomposição de perdas é que o piso salarial de Mato Grosso voltará a assegurar os direitos consolidados nas lutas pela valorização dos profissionais da rede estadual”.

REDES MUNICIPAIS

Na contramão dos avanços apresentados com a implementação da Lei do Piso Nacional para Profissionais da Educação, em 2008, as administrações municipais utilizarão o argumento da crise econômica para manter uma política recessiva na educação. Caberá aos profissionais fazerem a luta e apontar os meios para garantir o cumprimento do piso salarial (R\$ 2.298,80/2017), a criação e a implementação de leis de carreira e a infraestrutura necessária para a qualidade da educação.

Atualmente, em Mato Grosso 80% dos municípios não pagam o piso salarial dentro do que está estabelecido na Lei do PSPN e a maioria não constituem a carreira unificada, com jornada, hora atividade e piso salarial para todos os profissionais da educação, como a Lei Complementar (050/98/MT). É preciso assegurar o acompanhamento das receitas e despesas municipais para viabilizar mais do que nunca o cumprimento dos direitos.

Evolução do piso salarial nacional do magistério, em R\$



Fonte: Ministério da Educação - MEC

Portal FRC - Licença Creative Commons Atribuição 3.0 Brasil

“É preciso assegurar o acompanhamento das receitas e despesas municipais para viabilizar o cumprimento dos direitos.”



Acompanhe o Sintep/MT nas Mídias Sociais



File-se

www.sintep2.org.br

GREVE GERAL

NACIONAL DA EDUCAÇÃO

início:

15 de março de 2017

CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA
E PELO CUMPRIMENTO DA
LEI DO PISO SALARIAL NACIONAL

